

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 004/2016

PROCESSO: Nº. 035/2017.

PREGÃO PRESENCIAL: Nº. 010/2017.

Ao décimo terceiro (13) dia do mês de abril do ano de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de Tarumã, Localizada na Rua Aroeira nº 482, Vila das Árvores, Tarumã – SP, representada neste ato pelo Sr. Prefeito Municipal, OSCAR GOZZI, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.758.458-0 -SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n.º 403.647.128-72, residente domiciliado na Rua das Acácias, n.º 125, na cidade de Tarumã, do Estado de São Paulo, e de outro lado a empresa a seguir descrita e qualificada nos termos da Lei nº 8.666/93, 10.520/02, e Decreto Municipal nº 775/2006, e as demais normas legais aplicáveis, todos representados conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão para Registro de Preço nº **010/2017**, Ata de Julgamento de Preços, homologado pelo Sr. Prefeito Municipal, do processo acima referenciado, resolve registrar os preços para aquisição eventual de refeições (marmitex) para atender a demanda municipal, para esta municipalidade, conforme condições constantes do Anexo I - Termo de referência, que passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas em 1º lugares no certame acima numerado, como segue:

EMPRESA : PAULO HENRIQUE DA SILVA MEI, CNPJ nº. 12.245.974/0001-14, com sede na Av. Flamboyants nº. 1.400, Vila dos Lagos, na cidade de Tarumã, Estado de São Paulo, representada neste ato, por seu representante legal, o Senhor **Silvio da Silva**, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 16.740.239 SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 058.430.768-30, residente e domiciliada à Rua Lagoa da Prata, nº 129 - Vila dos Lagos, na cidade de Tarumã, Estado de São Paulo, vencedora dos itens 01, 02 e 03, conforme segue:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	VI. Unitário	VI. Total
1	1.100	UN	MARMITEX	R\$ 10,00	R\$ 11.000,00
2	1.100	UN	MARMITEX - 1/2 MARMITEX	R\$ 8,50	R\$ 9.350,00
3	350	UN	REFEIÇÃO - SELF SERVICE	R\$ 13,00	R\$ 4.550,00

I – DO OBJETO:

1.1. **Registro de Preços para aquisição eventual de Refeições (marmitex) para atender a demanda municipal**, nas quantidades e de acordo com as especificações previstas no Anexo I – Termo de Referência e Anexo IV - Memorial Descritivo, de acordo com as requisições expedidas pelas Secretarias Municipais.

1.2. As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas em “NOTA DE EMPENHO”, e emitida a autorização de entrega.

1.3. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar aquisição que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada à preferência ao beneficiário do Registro, em igualdade de condições.

1.4. A quantidade prevista tem caráter meramente estimativo para o período a ser registrado.

II – DA VALIDADE E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura.

2.2. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d", do inciso II do art. 65 da Lei nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.3. Mesmo comprovado a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo Licitatório.

2.4. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Administração Municipal, para a devida alteração do valor registrado em Ata.

2.5. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

III - DAS PENALIDADES

3.1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 05 anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais penalidades legais, a licitante que:

a) não retirar a Nota de Empenho, no prazo de Edital;

b) apresentar documentação falsa;

c) deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;

d) retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;

e) não manter a proposta;

f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

g) Deixar de assinar a Ata de Registro de Preços, injustificadamente, dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação;

3.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da lei 8.666/93 e do Decreto nº. 775/2006, a adjudicatária ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a previa e ampla defesa as seguintes penalidades:

3.2.1. Pelo atraso injustificado na execução do objeto desta Licitação:

a) multa de 10%, sobre o valor total da proposta, e juros de 1% ao mês, pela permanência do atraso ou fração equivalente, incididos sobre o valor da multa;

3.2.2. Pela Inexecução parcial ou total do contrato:

a) advertência;

b) multa de até 10% sobre o valor homologado;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3.3. A formalização da aplicação das penalidades descritas nas alíneas "c" e "d" do subitem 3.2.2 desta cláusula determina a necessária publicação no Diário Oficial do Estado;

3.4. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado de pagamentos eventualmente devidos por esta Municipalidade à adjudicatária ou através de cobrança judicial;

3.5. A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente cancele o Registro de Preços do licitante e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93.

3.6. Contra a aplicação das penas definidas nas letras "a", "d" e "c" do subitem 3.2.2. desta cláusula, caberá recurso a ser interposto no prazo de 05 dias úteis, contados da data da intimação do ato e dirigido ao Presidente da Comissão Municipal de Licitação. O recurso deverá ser entregue à Comissão Municipal de Licitação, da contratante, que terá 05 (cinco) dias úteis para instruí-lo com relatório das próprias razões. Antes e nesse mesmo prazo, a Comissão poderá reconsiderar e prover o pedido.

IV – DOS PREÇOS

4.1. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão para Registro de Preços nº. 010/2017.

4.2. Na prestação dos serviços decorrentes desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão para Registro de Preços nº. 010/2017 que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

V – DA FORMA, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. Da forma: Os bens/produtos serão fornecidos **parceladamente**, até o limite real necessário desta municipalidade, em atendimento às requisições expedidas pelas **Secretarias Municipais**, assinada pelo responsável, sendo que as entregas deverão obedecer ao respectivo cronograma:

5.2. O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços encontram-se registrados na presente Ata de Registro de Preços, serão formalizados de acordo com a necessidade da Prefeitura, através de Nota de Empenho que para todos os fins vinculam-se ao edital e presente Ata, cujos produtos deverão ser entregues conforme cronograma expedido pelas **Secretarias Municipais**, nos dias e horários previstos, ou nos respectivos instrumentos (Nota de Empenho ou Termo de Contrato).

5.3. Prazo: A entrega dos itens objetos deste instrumento de contrato dar-se-á de forma imediata, a contar da emissão nas notas de empenho, nos termos definidos no Memorial Descritivo e conforme cronograma expedido pelas secretarias solicitantes.

VI – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado, após o recebimento definitivo do bem, mediante emissão de Recibo/Nota Fiscal, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até dez dias úteis.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.3. Os pagamentos serão efetuados através de ordem de pagamento bancário e ou recebimento em carteira.

6.4. Os pagamentos serão efetuados mediante a entrega total dos produtos contidos no empenho.

6.5. Para efeito de pagamento, só serão aceitas pela Administração Pública da(s) empresa(s) contratada(s), emissão de Nota Fiscal Eletrônica dos produtos entregues, conforme disciplina a Portaria CAT nº162/2010.

VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Fornecer o objeto licitado em conformidade com as especificações técnicas exigidas por este edital, Memorial descritivo e em consonância com o Preço Registrado, sob pena de serem rejeitados os itens irregulares;

7.2. Manter, durante toda a Vigência da Ata de Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

7.4. Arcar com eventuais prejuízos causadas a Administração e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

7.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

7.6. Respeitar as posturas, regulamentos e condições impostas em leis Municipal, Estadual e Federal, que incidirem sobre o objeto do presente certame.

7.7. Não sub-contratar, transferir ou ceder as obrigações decorrentes do presente certame, salvo motivo justificado e autorização expressa do órgão gerenciador.

7.8. Cumprir os prazos e horários de entrega, bem como substituir no todo ou em partes, às suas expensas, produtos que estiver com defeito, validade vencida ou deteriorada.

VIII – DAS DIPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão para registro de Preços nº. 010/2017, e seus anexos, a proposta da empresa **PAULO HENRIQUE DA SILVA MEI**, classificada em 1º lugar, no certame supra numerado.

8.2. Fica eleito o Foro de Assis, SP, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

8.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 8.666/93, 10.520/02 e demais normas aplicáveis.

Tarumã, 13 de abril de 2017.

OSCAR GOZZI
PREFEITO MUNICIPAL

PAULO HENRIQUE DA SILVA MEI
Silvio da Silva
RG nº 16.740.239 SSP/SP

Testemunhas:

1. _____
Fernandes Baratela
RG nº 23.013.725-8 – SSP/SP,

2. _____
Carolina Guedes Hartmann
RG nº 40.033.740-x – SSP/SP

3. _____
Ana Luiza Yassuda Viel
RG 37.768.471-8

MEMORIAL DESCRITIVO PROCESSO 035/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 010/2017

ITEM 01: MARMITEX INTEIRO

Para o item 01, marmitex inteiro, a mesma deverá conter preparações do tipo:

1. Arroz
2. Feijão
3. Guarnição (massas variadas)
4. Carne vermelha ou Branca (conforme pedido)
5. Salada (folhosos e leguminosas)

O fornecimento do referido item deverá observar as solicitações feitas pelas Secretarias Municipais, que os fará diariamente até as 10h00min, sendo que as mesmas deverão ser entregues impreterivelmente até as 12h00 nos endereços indicados pela secretaria solicitante (segunda-feira à domingo – almoço e jantar), conforme cronograma.

ITEM 02: 1/2 MARMITEX

Para o item 02, 1/2 marmitex, a mesma deverá conter preparações do tipo:

1. Arroz
2. Feijão
3. Guarnição (massas variadas)
4. Carne vermelha ou Branca (conforme pedido)
5. Salada (folhosos e leguminosas)

O fornecimento do referido item deverá observar as solicitações feitas pelas Secretarias Municipais, que os fará diariamente até as 10h00min, sendo que as mesmas deverão ser entregues impreterivelmente até as 12h00 nos endereços indicados pela secretaria solicitante (segunda-feira à domingo – almoço e jantar), conforme cronograma.

ITEM 03: REFEIÇÃO COMPLETA – SELF SERVICE

Para o item 03, refeição completa self service, a mesma deverá conter preparações do tipo:

1. Arroz
2. Feijão
3. Guarnição (massas variadas)
4. Carne vermelha ou Branca (conforme pedido)
5. Salada (folhosos e leguminosas)
6. Sobremesa (doces caseiros ou frutas)

O fornecimento do referido item deverá ocorrer no estabelecimento da empresa vencedora do certame licitatório, havendo a necessidade de solicitação prévia para o fornecimento.

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

CONTRATADO: PAULO HENRIQUE DA SILVA MEI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL DE REFEIÇÕES (MARMITEX) PARA ATENDER A DEMANDA MUNICIPAL.

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Tarumã, 13 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
OSCAR GOZZI
Prefeito Municipal
Contratante

PAULO HENRIQUE DA SILVA MEI
Silvio da Silva
RG nº 16.740.239 SSP/SP
Contratada